



**PICCHIONI BELGO - MINEIRA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
CNPJ-MF 17.401.944/0001-73

Balancos patrimoniais semestres findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - (Em milhares de reais)			
	31/12/2020	31/12/2019	
	RS(mil)	RS(mil)	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>476</b>	<b>658</b>	
DISPONIBILIDADES	41	22	
Caixa e depósitos bancários - moeda nacional (nota 3)	41	22	
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>	<b>435</b>	<b>636</b>	
Carteira própria (nota 3)	429	630	
Ações de companhias abertas	2	2	
Ações de companhias fechadas	2	2	
Certificado de Privatização	2	2	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>22.770</b>	<b>22.375</b>	
Devedores por depósito em garantia (nota 4)	22.770	22.375	
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
CETIP S/A	1	1	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>23.247</b>	<b>23.034</b>	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - (Em milhares de reais)			
	Segundo Semestre de 2020	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
	RS(mil)	RS(mil)	RS(mil)
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>26</b>
Resultado de operações com títulos e val. mobiliários	7	15	26
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>26</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(111)</b>	<b>(195)</b>	<b>(206)</b>
Despesas de pessoal	(35)	(70)	(87)
Outras despesas administrativas	(68)	(110)	(103)
Despesas tributárias	(8)	(15)	(16)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(104)</b>	<b>(180)</b>	<b>(180)</b>
<b>(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS</b>	<b>(104)</b>	<b>(180)</b>	<b>(180)</b>
(Prejuízo) por ação (lote de mil ações)	(0,00)	(0,00)	(0,00)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - (Em milhares de reais)			
	31/12/2020	31/12/2019	
	RS(mil)	RS(mil)	
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(180)	(180)	
Outros resultados abrangentes	-0-	-0-	
<b>TOTAL LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ABRANGENTE DO SEMESTRE</b>	<b>(180)</b>	<b>(180)</b>	

Notas explicativas às demonstrações financeiras semestres findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - (Em milhares de reais)

**1 - Contexto operacional**  
A PBM - Picchioni Belgo-Mineira Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 19 de fevereiro de 1987, está sediada, na Avenida Carandaí n. 1.115, 22º andar, bairro Funcionários, em Belo Horizonte - MG. As operações da Distribuidora constituem-se, basicamente, na intermediação de compra e venda de títulos e valores mobiliários e, no negócio com ativos financeiros.

**2 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**  
**2.1 - Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis n. 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram elaboradas de acordo com a Lei n. 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei n. 11.638/07 associadas com as instruções específicas do BACEN e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela diretoria da Distribuidora em 03/02/2021.

**2.2 - Descrição das principais práticas contábeis**  
**a) Apuração do resultado**  
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios e considera: § os efeitos da atualização dos direitos e obrigações com cláusula de correção monetária "pro-rata dia"; § os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes; § a provisão do imposto de renda e da contribuição social; § os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização; e § os rendimentos de títulos e valores mobiliários às taxas de remuneração dos títulos.

**2 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis (continuação)**  
**b) Aplicações em títulos e valores mobiliários**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - (Em milhares de reais)			
	Capital Social	Reserva de lucros	Total
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>2.145</b>	<b>(1.592)</b>	<b>553</b>
Prejuízo do Semestre	-0-	(104)	(104)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.145</b>	<b>(1.696)</b>	<b>449</b>
<b>Exercícios</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.745</b>	<b>(1.336)</b>	<b>409</b>
Prejuízo do exercício	-0-	(180)	(180)
Aumento de Capital	400	-0-	400
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.145</b>	<b>(1.516)</b>	<b>629</b>
Prejuízo de exercício	-0-	(180)	(180)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.145</b>	<b>(1.696)</b>	<b>449</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os Títulos e Valores Mobiliários foram classificados como "Títulos mantidos até o vencimento" e estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos, inferiores aos valores de mercado, quando aplicável.

**c) Valor de recuperação dos ativos**  
Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "impairment" no resultado do semestre. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**d) Passivo circulante e não circulante**  
Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias em base "pro-rata dia".

**e) Imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% previsto na legislação. A contribuição social foi calculada a alíquota de 15%. Na apuração do lucro tributável são consideradas as inclusões e exclusões previstas na legislação tributária.

**3 - Caixa e Equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados basicamente por dinheiro em caixa, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente convertíveis em caixa, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pela DTVM para gerenciamento de compromissos a curto prazo.  
O Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro, compreendem:

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários - Moeda Nacional	41	22
Cotas de fundos de investimentos e CDB	429	630
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>470</b>	<b>652</b>

**4 - Ações Judiciais - Contingências Ativas e Passivas**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM n.º 594/2009 e a Resolução 3.823/2009, do CMN, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A Administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos - (Em milhares de reais)			
	Segundo Semestre de 2020	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
	RS(mil)	RS(mil)	RS(mil)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
(Prejuízo) do semestre/exercícios	(104)	(180)	(180)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercícios ajustado</b>	<b>(104)</b>	<b>(180)</b>	<b>(180)</b>
<b>Aumento/(redução) de ativos e passivos operacionais:</b>			
Fiscais e Previdenciárias	(4)	-0-	(5)
Outras obrigações	(5)	(2)	-0-
<b>Total de variações de ativos e passivos</b>	<b>(9)</b>	<b>(2)</b>	<b>(5)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(113)</b>	<b>(182)</b>	<b>(185)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Integralização de capital - Aumento de Capital	-0-	-0-	400
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>-0-</b>	<b>-0-</b>	<b>400</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(113)</b>	<b>(182)</b>	<b>215</b>
- Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	583	652	437
- Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	470	470	652
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(113)</b>	<b>(182)</b>	<b>215</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**a) Contingências ativas**  
Estão representadas em 31 de dezembro por:

	2020	2019
Contribuição Social - Base Negativa	1.549	1.531
IRPJ sobre Juros de Mora	13.263	13.027
CSLL sobre Juros de Mora	7.958	7.817
<b>Total de devedores por depósito em garantia</b>	<b>22.770</b>	<b>22.375</b>

A PBM está movendo ações judiciais de valor relevante contra alguns bancos pleiteando o ressarcimento de diferença de atualização monetária e juros em aplicações financeiras. Nenhuma dessas ações foi recebida nos semestres findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Não foram reconhecidos ativos contingentes referentes ao Plano Verão, para as ações remanescentes os consultores jurídicos externos da Distribuidora também acreditam ser favorável o desfecho.

**b) Contingências passivas**  
Estão representadas em 31 de dezembro por:

	2020	2019
Contribuição Social - Base Negativa	1.549	1.531
IRPJ sobre Juros de Mora	13.263	13.027
CSLL sobre Juros de Mora	7.958	7.817
<b>Provisão para contingências</b>	<b>22.770</b>	<b>22.375</b>

O IRPJ e a CSLL sobre Juros de Mora, referem-se às provisões para contingências relacionadas, principalmente, com a exclusão dos juros moratórios da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social originários de ações judiciais movidas pela PBM em exercícios anteriores, para as quais obteve-se êxito no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (valores efetivamente recebidos).

A administração da PBM avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão para contingências, conforme aplicável. Baseada na opinião de seus consultores jurídicos, a administração mantém registradas provisões para esses passivos contingentes em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes do desfecho desses processos.

**5 - Patrimônio Líquido**  
**a) Capital social** - Totalmente subscrito é representado por 32.614.864 ações, sendo 16.307.432 Preferenciais e 16.307.432 Ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.  
**b) Reserva Legal** - Calculada na base de 5% do lucro líquido de cada exercício deixando de ser obrigatória quando atingir 20% do capital integralizado.  
**6 - Informações complementares**  
**Gestão de Riscos e Capital e Ouvidoria** - Em atendimento as Resoluções 4.557/17 e 4.745/2019 do Conselho Monetário Nacional que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos e capital e a Resolução 4.860/2020 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre o serviço de ouvidoria para atender eventuais sugestões e reclamações do consumidor, respectivamente, vêm sendo considerada a estrutura de gestão da Instituição Líder do Conglomerado Financeiro, H. H. Picchioni S/A CCVM.

**CONSELHO CONSULTIVO**  
Marivaldo Costa Chaves - Presidente do Conselho;  
Marina Guimarães Soares - Conselheiro;  
Johan Daniel Karrqvist - Conselheiro.

**DIRETORIA**  
Alexandre Augusto Silva Barcelos - Diretor Presidente  
Reinaldo Bergamini - Diretor Administrativo e Financeiro  
**RESPONSÁVEL TÉCNICO:**  
Florentino Geraldo Ferreira Júnior - Contador - CRC- MG 042.158/0-0

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2021  
**MOORE CONSULTING NEWS**  
AUDITORES INDEPENDENTES - CRC- MG 6.494/0-4  
Adelmo de Oliveira - Sócio e Diretor - Contador CRC - MG 46.235

116 cm -26 1461910 - 1

**COMPANHIA OPERACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, SANEAMENTO E AÇÕES URBANAS - CODAU.**  
Torna público que remarcou a licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n.º 015/2021, do tipo menor preço, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de um guindaste com capacidade de 60 a 70 toneladas, com operador, transporte e demais insumos, destinado as manutenções nos poços profundos dos reservatórios R6, R10 e R11, pelo período de 12 meses conforme as condições contidas no termo de referência anexo II do edital, em atendimento à solicitação da Diretoria de Desenvolvimento

e Saneamento. Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Federal n.º 3.555/2000, Decreto Federal n.º 10.024/2019, Decreto Municipal n.º 3443/2008, Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014. Data/horário para realização da licitação: 09h do dia 08 de abril de 2021. Local aquisição do edital Av. Saudade, 755 - Uberaba/MG. Informações pelo telefone (0xx34) 3318-6036/6037. Site: www.codau.com.br e plataforma para realização do pregão eletrônico https://licitnet.com.br/. Uberaba/MG, 26 de março de 2021, Celso José de Sousa Júnior, Pregoeiro.

4 cm -26 1461808 - 1

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO ESPINHAÇO**  
CNPJ: 21.345.989/0001-45  
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**  
O CIMME torna público o resultado da licitação, Processo n.º 03/2020, Concorrência n.º 01/2020, tipo menor preço global. Objeto: contratação de empresa especializada para Construção do Aterro Sanitário Intermunicipal. Licitante classificada em 1º lugar, vencedora do menor preço, com o valor de R\$7.500.045,94, conforme

decisão de 30/10/2020 e habilitada conforme ata de 26/03/2021: Consórcio Guimarães CIMME, formado pelas empresas RG Empreendimentos e Eng. Eireli, CNPJ n.º 18.472.754/0001-00 e Marapelo Construtora e Empreendimentos Ltda, CNPJ n.º 10.959.163/0001-50. C.M.Dentro, 26/03/2021. Abre-se prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis. Raimundo Menezes de Carvalho Filho, Presidente do CIMME.

4 cm -25 1461200 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.  
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320210326210918023.